

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM 12 (DOZE) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANEAGO – SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

Pelo presente instrumento particular,


(a) **SANEAGO – SANEAMENTO DE GOIÁS S/A**, sociedade de economia mista estadual com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Avenida Fued José Sebba, nº 1.245 e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.616.929/0001-02, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de Goiás, sob o NIRE 5230000210-9, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures emitidas nos termos do presente instrumento ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

A Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

RESOLVEM, em regular forma de direito, celebrar este "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 12 (doze) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Saneago – Saneamento de Goiás S/A" ("Emissão", "Debêntures" e "Escritura de Emissão", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES



1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada e a emissão das Debêntures e a Oferta Restrita (conforme definidas abaixo) são realizadas com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de agosto de 2013 ("RCA da Emissora"), nos termos do artigo 59 e seu parágrafo 1º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Por meio da RCA da Emissora, a diretoria da Emissora também foi autorizada a (i) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a colocação e distribuição pública das Debêntures (conforme definida abaixo) com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476") e demais prestadores de serviços para fins da Oferta Restrita (conforme definida abaixo); e (ii) tomar todas as providências necessárias para realização da Oferta Restrita (conforme definida abaixo), à Emissão (conforme definida abaixo) das Debêntures e a constituição da garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, conforme descrito no item 4.19.1 abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures da Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476, e está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita").

2.1.2. A Oferta Restrita (conforme definida abaixo) está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.2. Arquivamento das Aprovações Societárias na Junta Comercial do Estado de Goiás e Publicação dos Atos Societários



2.2.1. A ata da RCA da Emissora foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Goiás ("JUCEG") em 17/09/2013, sob o nº 52131697030, nos termos da legislação em vigor, e será publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás e nos jornais "Diário da Manhã (Goiânia)" e "Jornal O Popular" (referidos em conjunto como "Jornais de Divulgação da Emissora").

2.3. Registro desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCEG, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário cópia desta Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCEG nos termos deste item 2.3. em até 5 (cinco) dias úteis contados da obtenção do respectivo registro na JUCEG.

2.3.3. Caso a Emissora não realize o registro da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos nos termos do item 2.3.1. acima, o Agente Fiduciário poderá, com base no artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover o registro acima previsto, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros. O registro da presente Escritura e eventuais aditamentos efetuados pelo Agente Fiduciário não descaracteriza o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.11.1 alínea "(I)" desta Escritura de Emissão.

2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP") e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição, a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, nos mercados regulamentados de valores mobiliários e assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados" e "Instrução CVM n.º 409", respectivamente), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto



nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM n.º 476, e considerando que a Emissora esteja em dia com as obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM n.º 476.

2.5 Registro da Garantia

2.5.1. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) e seus eventuais aditamentos serão registrados nos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Emissora e do Agente Fiduciário, respectivamente, nas Cidades de Goiânia, Estado de Goiás e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, respectivamente.

2.5.2. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, a promover o registro do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), em nome da Emissora, como seu bastante procurador, observado que a Emissora ressarcirá todas as despesas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), caso a Emissora não o faça. O registro do presente Contrato de Cessão Fiduciária e eventuais aditamentos efetuados pelo Agente Fiduciário não descaracteriza o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.11.1 alínea "(I)" desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 3º do seu estatuto social, a Emissora tem por objetivo social: (i) explorar serviços de saneamento básico no Estado de Goiás, mediante concessões, permissões ou autorizações; (ii) realizar pesquisa, lavra e comercialização de bens minerais, correlacionados com saneamento básico; (iii) fomentar e proteger o meio ambiente nos limites da legislação própria, mediante convênio e/ou colaboração com outros órgãos, e (iv) prestar serviços técnicos especializados de saneamento básico.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Séries

A Emissão será realizada em 12 (doze) séries, sendo a primeira série da Emissão denominada "1ª Série"; a segunda série da Emissão denominada "2ª Série"; a terceira série da Emissão denominada "3ª Série"; a quarta série da Emissão denominada "4ª Série"; a quinta série da Emissão denominada "5ª Série"; a sexta série da Emissão denominada "6ª Série"; a sétima série da Emissão denominada "7ª Série"; a oitava série da Emissão denominada "8ª Série"; a nona série da Emissão denominada "9ª Série"; a décima série da Emissão denominada "10ª Série"; a décima primeira série da Emissão denominada "11ª Série"; e a décima segunda série da Emissão denominada "12ª Série" (cada uma denominada individualmente "Série" e em conjunto "Séries").

3.4. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), sendo: (i) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor total da 1ª Série; (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor total da 2ª Série; (iii) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 3ª Série; (iv) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 4ª Série; (v) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 5ª Série; (vi) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 6ª Série; (vii) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 7ª Série; (viii) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 8ª Série; (ix) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 9ª Série; (x) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 10ª Série; (xi) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 11ª Série e (xii) R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) o valor total da 12ª Série.

3.5. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 100 (cem) Debêntures, sendo: (i) 10 (dez) debêntures da 1ª Série; (ii) 10 (dez) debêntures da 2ª Série; (iii) 8 (oito) debêntures da 3ª Série; (iv) 8 (oito) debêntures da 4ª Série; (v) 8 (oito) debêntures da 5ª Série; (vi) 8 (oito) debêntures da 6ª Série; (vii) 8 (oito) debêntures da 7ª Série; (viii) 8 (oito) debêntures da 8ª Série; (ix) 8 (oito) debêntures da 9ª Série; (x) 8 (oito) debêntures da 10ª Série; (xi) 8 (oito) debêntures da 11ª Série e (xii) 8 (oito) debêntures da 12ª Série.

3.6. Destinação de Recursos

Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados integralmente para o financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora.

3.7. Banco Liquidante da Emissão e Escriturador Mandatário

O banco liquidante de emissão e o escriturador mandatário da Oferta Restrita será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, CEP 06029-900, bairro Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante da Emissão" e "Escriturador Mandatário"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante da Emissão e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão).

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder (a seguir definido) e conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2.041 e 2.235, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 90.400.888/0001-42 ("Coordenador Líder"), sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 12 (doze) Séries, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação da 2ª (segunda) emissão da SANEAGO – Saneamento de Goiás S/A., celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. Observado o disposto na regulamentação aplicável e as demais disposições previstas no item 4.1, o Coordenador Líder organizará a colocação das Debêntures exclusivamente perante Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução n.º CVM 476 ("Plano de Distribuição"), observados os seguintes termos:

- (i) não será permitida a busca de Investidores Qualificados por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
- (ii) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder;
- (iii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476; e
- (iv) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409 deverão subscrever ou adquirir Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.2.1. Nos termos da Instrução CVM n.º 409 e para fins da Oferta Restrita, todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado interessado na subscrição das Debêntures deverá fazê-la por meio da entrega ao Coordenador Líder de carta devidamente assinada, em termos e condições aceitáveis ao Coordenador Líder, afirmando estar ciente e concordar, no mínimo, que: (i) as informações recebidas são suficientes para a sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (iii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, dentre outras declarações.

4.1.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.1.6. Caso a Oferta Restrita seja cancelada ou revogada, todos os atos de aceitação serão cancelados e o Coordenador Líder, juntamente com a Emissora, comunicarão aos Investidores

X

20



Qualificados o cancelamento da Oferta Restrita. Se o Investidor Qualificado já tiver efetuado o pagamento do Preço de Subscrição (conforme abaixo definido), o Preço de Subscrição será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se houver, dos tributos a ele incidentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta Restrita.

4.1.7. A Oferta Restrita será realizada em observância ao Plano de Distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido neste item 4.1.1. e no Contrato de Distribuição.

4.1.8. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1 Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de setembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1 O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, conforme aplicável, será atualizado, a partir da Data de Emissão das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou seu saldo, conforme o caso, segundo a seguinte fórmula ("Atualização Monetária" e "Valor Nominal Unitário Atualizado", respectivamente):

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



- VNe = Valor Nominal Unitário de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário remanescente das Debêntures após Amortização, se houver, o que ocorrer por último, informado / calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

- n = Número total de índices utilizados na atualização das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;
- dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures, conforme o caso, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;
- dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima data de aniversário, sendo "dut" um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do IPCA do mês de atualização; e
- NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês "k".

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

Considera-se como "Data de Aniversário", o dia 15 (quinze) de cada mês, e caso a referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o IPCA não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, observado o disposto no item 4.3.3. abaixo.

4.3.3. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, para apuração dos valores devidos em cada evento de pagamento será utilizada, em sua substituição, o índice que a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") adotar em contratos indexados ao IPCA, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver índice substituto do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis ou da data de extinção do IPCA ou de impossibilidade de aplicação às Debêntures por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar a assembleia geral de debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula VII desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária que será aplicada, observado o disposto no item 4.3.2.

4.3.4. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Preço de Término Antecipado, conforme definido no item 4.12.5 desta Escritura de Emissão. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização Monetária com relação às Debêntures

a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C resgate" (conforme definido no item 4.12.5 abaixo) a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.3.5. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA volte a ser divulgado ou apurado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização Monetária.

4.4. Conversibilidade, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, nos termos do artigo 63, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 o extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantia adicional real.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) apurada até a data da subscrição ("Preço de Subscrição"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM n.º 476, sendo certo que o Preço de Subscrição, na data da efetiva subscrição, será o mesmo para todos os investidores.

4.6.1.1. Será admitida a aplicação de ágio ou deságio sobre o Preço de Subscrição.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão o seguinte prazo de vigência e data de vencimento: (i) para as Debêntures da 1ª Série, prazo de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2018 ("Data de Vencimento da 1ª Série"); (ii) para as Debêntures da 2ª Série, prazo de 49 (quarenta e nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017 ("Data de Vencimento da 2ª Série"); (iii) para as Debêntures da 3ª Série, prazo de 50 (cinquenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2017 ("Data de Vencimento da 3ª Série"); (iv) para as Debêntures da 4ª Série, prazo de 51 (cinquenta e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2017 ("Data de Vencimento da 4ª Série"); (v) para as Debêntures da 5ª Série, prazo de 52 (cinquenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2018 ("Data de Vencimento da 5ª Série"); (vi) para as Debêntures da 6ª Série, prazo de 53 (cinquenta e três) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de fevereiro de 2018 ("Data de Vencimento da 6ª Série"); (vii) para as Debêntures da 7ª Série, prazo de 54 (cinquenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2018 ("Data de Vencimento da 7ª Série"); (viii) para as Debêntures da 8ª Série, prazo de 55 (cinquenta e cinco) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2018 ("Data de Vencimento da 8ª Série"); (ix) para as Debêntures da 9ª Série, prazo de 56 (cinquenta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2018 ("Data de Vencimento da 9ª Série"); (x) para as Debêntures da 10ª Série, prazo de 57 (cinquenta e sete) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2018 ("Data de Vencimento da 10ª Série"); (xi) para as Debêntures da 11ª Série, prazo de 58 (cinquenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2018 ("Data de Vencimento da 11ª Série"); e (xii) para as Debêntures da 12ª Série, prazo de 59 (cinquenta e nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2018 ("Data de Vencimento da 12ª Série").

4.8. Amortização



4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado com base no Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, da seguinte forma: (i) para as Debêntures da 1ª Série, em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/09/2014 e a última em 15/09/2018; (ii) para as Debêntures da 2ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/10/2014 e a última em 15/10/2017; (iii) para as Debêntures da 3ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 14º (décimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/11/2014 e a última em 15/11/2017; (iv) para as Debêntures da 4ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 15º (décimo quinto) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/12/2014 e a última em 15/12/2017; (v) para as Debêntures da 5ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 16º (décimo sexto) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/01/2015 e a última em 15/01/2018; (vi) para as Debêntures da 6ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 17º (décimo sétimo) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/02/2015 e a última em 15/02/2018; (vii) para as Debêntures da 7ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/03/2015 e a última em 15/03/2018; (viii) para as Debêntures da 8ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 19º (décimo nono) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/04/2015 e a última em 15/04/2018; (ix) para as Debêntures da 9ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 20º (vigésimo) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/05/2015 e a última em 15/05/2018; (x) para as Debêntures da 10ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, sendo a primeira parcela amortizada em 15/06/2015 e a última em 15/06/2018; (xi) para as Debêntures da 11ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 22º (vigésimo segundo) mês sendo a primeira parcela amortizada em 15/07/2015 e a última em 15/07/2018; e (xii) para as Debêntures da 12ª Série, em 4 (quatro) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 23º (vigésimo terceiro) mês, sendo a primeira parcela amortizada em 15/08/2015 e a última em 15/08/2018, conforme previsto no Anexo I a presente Escritura de Emissão. As parcelas de amortização serão acrescidas de sua respectiva Atualização Monetária, calculada desde a Data de Emissão até a data de cada pagamento, nos termos do item 4.3. acima.

4.8.2. Caso uma data de pagamento da amortização prevista no item 4.8.1. acima não seja um Dia Útil, o pagamento deverá ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente.

4.9. Remuneração

4.9.1. Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa de 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ("Juros Remuneratórios") ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").

4.9.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{dut}{252}} \right]$$

onde,

Taxa = taxa utilizada para cálculo da Remuneração, expressa em forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais equivalente a 7,50% (sete inteiros e

X

20

cinquenta centésimos por cento).

Dut = é o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão das Debêntures ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e a data atual, sendo "Dut" um número inteiro.

4.9.3. A Remuneração será paga em parcelas mensais e consecutivas, a partir da Data de Emissão das Debêntures, sendo a primeira parcela devida em 15 de outubro de 2013 e a última parcela na Data de Vencimento de cada Série, conforme previsto no Item 4.7.1 acima ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.4. Para fins de cálculo da Remuneração, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9.5. Caso uma Data de Pagamento da Remuneração não seja um Dia Útil, o pagamento deverá ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente.

4.9.6. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.7. Para fins desta Escritura de Emissão, define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado" o Valor Nominal Unitário Atualizado após o pagamento de cada amortização, nos termos da cláusula 4.8.1 acima.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

X

22

J

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.3 e 4.11.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do valor correspondente ao Preço de Término Antecipado, conforme definido no item 4.12.5 desta Escritura de Emissão, acrescido de demais encargos devidos e não pagos até a Data de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido), independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) fusão, cisão ou incorporação da Emissora, sem a prévia e expressa anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, exceto se referida fusão, cisão ou incorporação for realizada com sociedade controlada ou coligada da Emissora e se a sociedade remanescente da respectiva fusão, cisão ou incorporação for a Emissora ou sociedade controlada ou coligada da Emissora;
- (b) se as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Cessão Fiduciária forem falsas ou incorretas em qualquer aspecto relevante, e que não sejam sanadas, quando possível, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados de notificação recebida nesse sentido do Agente Fiduciário;
- (c) se for movida qualquer espécie de ação administrativa ou judicial ou procedimento arbitral contra a Emissora que afete direta e inequivocamente qualquer dos bens ou direitos dados em garantia às Debêntures, ou caso os bens ou direitos dados em garantia às Debêntures se tornem inválidos, inúteis, inábeis, inexecutáveis ou impróprios para garantir as obrigações e, em quaisquer das hipóteses aqui descritas, os referidos bens e direitos dados em garantia das Debêntures não tenham sido substituídos ou reforçados, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, respeitados os prazos de cura estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (d) a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil Brasileiro");
- (e) se a Emissora onerar, gravar, alienar ou oferecer em garantia a terceiros sob qualquer forma os direitos creditórios dados em garantia às Debêntures e objeto da garantia de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido);
- (f) ocorrência de protesto legítimo de títulos contra a Emissora de valor superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), no mercado local, salvo se tais protestos

sejam, comprovadamente, quitados, garantidos, sustados, extintos ou suspensos no prazo legal.

- (g) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência da Emissora e/ou de suas controladas cujos patrimônios líquidos, de acordo com as demonstrações financeiras anuais consolidadas de cada controlada para o período encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao evento, seja, individualmente ou em conjunto, superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), independentemente de deferimento ou de seu processamento, para os casos de recuperação, ou do pedido de autofalência;
- (h) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias da Emissora, decorrentes da Escritura de Emissão ou do Contrato de Cessão Fiduciária não sanadas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis;
- (j) inadimplemento de obrigações financeiras de responsabilidade da Emissora e/ou de quaisquer controladas, inclusive no exterior, em valor individual superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), decorrente(s) de títulos, contratos financeiros, empréstimos ou qualquer outra dívida celebrados com terceiros não sanadas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- (k) decretação do vencimento antecipado de débito de responsabilidade da Emissora em valor individual superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), decorrente de títulos, contratos financeiros, empréstimos ou qualquer outra dívida celebrados com terceiros;
- (l) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária (exceto em relação a obrigação da Emissora de reforçar ou substituir a garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária que deverá observar o disposto no item "n" abaixo), não sanada no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado do recebimento pela Emissora de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário. O período de cura descrito neste item não se aplicará às obrigações descritas no item 4.21.1;
- (m) realização, pela Emissora, de redução de capital com restituição aos acionistas de parte do valor das ações, sem prévia anuência dos Debenturistas que representando 75%

(setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações;

(n) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de reforçar ou substituir os direitos creditórios dados em garantia às Debêntures e objeto da garantia de Cessão Fiduciária, nos termos e prazo previstos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido);

(o) decretação de falência da Emissora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas;

(p) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de suas controladas não devidamente elidido(s) no prazo legal;

(q) não cumprimento pela Emissora de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado ou arbitral definitiva, contra a Emissora, de valor superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

(r) transformação da Emissora em sociedade limitada;

(s) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora, dos direitos e obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária sem prévia expressa anuência dos Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;

(t) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes nas esferas administrativa e judicial que possa vir afetar de maneira relevante, a critério dos Debenturistas, a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e desde que não tenha sido sanada pela Emissora no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva autuação;

(u) caso ocorra alteração de controle da Emissora direta ou indiretamente, salvo se tal alteração de controle for previamente aprovada pelos Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

(v) extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico e respectiva exploração dos serviços de água e esgotos sanitários no Estado de Goiás, exceto pelas respectivas

concessões encerradas em decorrência do advento do prazo final para as quais já tenham sido efetuados, pela Emissora, os pedidos de renovação, desde que o encerramento de tais concessões não resulte na redução superior a 60% (sessenta por cento) da receita líquida da Emissora à época do encerramento de tais concessões; e

(x) descumprimento, a qualquer momento, a partir da publicação das Demonstrações Financeiras auditadas do encerramento do exercício social de 2013, do seguinte limite e índice financeiro a serem acompanhados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nos balancetes semestrais (não auditados) ou nas demonstrações financeiras anuais, conforme o caso, da Emissora, sendo que o limite e índice definidos abaixo consideram o valor consolidado da Emissora:

- Razão entre (A) Dívida Líquida; e (B) EBITDA menor ou igual a 3,0x.

Onde:

"Dívida Líquida" significa o somatório dos saldos das dívidas consolidadas da Emissora, incluindo dívidas da Emissora, perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos, avais e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não e obrigações referentes a parcelamento de atributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; e

"EBITDA" significa o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo do período de apuração.

- Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,0x durante toda a vigência da operação.

"Índice de Liquidez Corrente" significa ativo circulante dividido por passivo circulante.

4.11.2. A ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado deverá ser prontamente comunicada pela Emissora ao Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ciência. O descumprimento, pela Emissora, da obrigação prevista neste item 4.11.2. não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos ou nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o direito de declarar vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Cláusula Quarta, respeitado o disposto no item 4.11.3 abaixo.


4.11.3. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas "(e)", "(g)", "(h)", "(i)", "(k)", "(n)", "(o)", "(r)", e "(v)" do item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os demais eventos previstos nas alíneas do item 4.11.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.4. abaixo, exceto se tal Assembleia Geral deliberar pelo não vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá comunicar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que (a) tiver ciência da ocorrência de qualquer dos eventos referidos no item (i) acima, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, ou (b) se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (ii) acima, conforme aplicável.

4.11.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos na alínea "(ii)" do item 4.11.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tiver ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4.1 Na hipótese descrita no item 4.11.4. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do valor correspondente ao Preço de Término Antecipado, conforme definido no item 4.12.5 desta Escritura de Emissão, acrescido de demais encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4.2. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.11.4. acima não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário também deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do valor correspondente ao Preço de Término Antecipado, conforme definido no item 4.12.5 desta Escritura de Emissão, acrescido de demais encargos devidos até a data do efetivo pagamento.

X



4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do valor correspondente ao Preço de Término Antecipado, conforme definido no item 4.12.5 desta Escritura de Emissão, acrescido de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.11.5.1. O pagamento dos valores mencionados no item 4.11.5. acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será realizado em até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13. abaixo.

4.11.5.2. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.11.5.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante da Emissão informando tal evento.

4.12. Oferta de Resgate Antecipado Facultativo

4.12.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado facultativo das Debêntures, com o consequente cancelamento das mesmas, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a Igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitação da oferta de resgate antecipado facultativo das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativo").

4.12.2 A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, publicação de anúncio nos termos do item 4.17 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (i) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, a adoção do critério de sortelo, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o item 4.12.6 e 4.12.2.1 abaixo; (ii) o Preço de Término Antecipado, conforme definido no item 4.12.5 desta Escritura de Emissão; (iii) se a Oferta de Resgate

Antecipado Facultativo estará condicionada à aceitação da mesma por um percentual mínimo de Debenturistas; (iv) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (v) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observado o disposto no item 4.12.4 "(ii)" abaixo; e (vi) as demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e operacionalização do resgate das Debêntures.

4.12.2.1 A Oferta de Resgate Antecipado Facultativo parcial somente poderá ser realizada pela Emissora na hipótese de ser resgatado o equivalente a 50% (cinquenta por cento) das Debêntures de todas as Séries.

4.12.3 Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente por escrito nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão perante a Emissora, findo o qual a mesma terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual ocorrerá em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo.

4.12.4 A Emissora deverá: (i) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (ii) comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante da Emissão e à CETIP sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado.

4.12.5 O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será calculado de acordo com a fórmula a seguir ("Preço de Término Antecipado"):

$$\text{Preço de Resgate Antecipado} = \sum_{k=1}^n \frac{\left[Vne \times \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{dut}{252}} - 1 \right] \times \text{Cresgate} + Vne_k \times \text{Cresgate} \right]}{\left(1 + \frac{\text{Taxa de Desconto}}{100} \right)^{\frac{nk}{252}}} \times P$$

Onde:

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe_k = Valor Nominal Unitário a ser Amortizado das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento

taxa = taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios equivalente a 7,50% (sete inteiros e cinquenta centésimos por cento), expressos em forma percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais

dut = prazo em Dias Úteis de cada Período de Capitalização, cuja Data de Pagamento da Remuneração ainda não tenha ocorrido, sendo "dut" um número inteiro;

C resgate = Fator da variação acumulada do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado desde a Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo resgate antecipado das Debêntures;

nk = número de Dias Úteis entre a data do efetivo resgate antecipado das Debêntures, exclusive, e a data do evento programado de cada parcela "k" vincenda inclusive.

Taxa de Desconto = taxa percentual expressa ao ano, que deverá ser calculada a com base em um percentual do cupom da Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) de prazo equivalente ao prazo de cada uma das parcelas remanescentes de amortização das Debêntures, conforme estabelecido no item 4.8.1 acima.

P = Percentual da emissão a ser amortizado (100% para o caso de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo total das Debêntures).

4.12.6 Caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo seja maior do que o número ao qual a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no competente Edital de Oferta de Resgate Antecipado

Facultativo. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência sobre a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo.

4.12.7. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no CETIP 21, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e/ ou (ii) mediante depósito em conta-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador Mandatário, no caso de Debenturistas que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, inclusive, mas não se limitando, da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além da Remuneração, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.13. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração, encargos moratórios ou de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data em que os recursos se tornarem disponíveis no respectivo vencimento.

4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, em conformidade com o procedimento da CETIP, caso as Debêntures estejam

X

20

24

custodiadas eletronicamente na CETIP, ou pela Emissora, por meio do Banco Liquidante da Emissão, caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser obrigatoriamente publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos Jornais de Divulgação da Emissora, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores www.saneago.com.br. A Emissora poderá alterar os Jornais de Divulgação da Emissora por outros jornais de grande circulação mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

4.18. Imunidade Tributária

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante da Emissão, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.19. Garantia

4.19.1. O fiel, pontual e integral pagamento do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações

pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido") será garantido pela cessão fiduciária: (i) da totalidade dos direitos creditórios, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de titularidade da Emissora, presentes e futuros, contra os usuários dos municípios indicados no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), em decorrência: (a) da prestação pela Emissora dos serviços de tratamento, adução e distribuição de água potável, bem como de coleta, transporte e tratamento de esgotos nos municípios indicados no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido); e (b) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, direitos, acessórios e ações a estes relacionados, bem como de todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos usuários à Emissora, que venham a ser recebidos pela Emissora, ou aos quais ela faça jus ("Direitos Creditórios") e (ii) da totalidade dos direitos, atuais ou futuros, detidos ou a serem detidos pela Emissora, como resultado dos valores depositados ou que venham a ser depositados em favor da Emissora nas contas correntes indicadas no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), inclusive suas eventuais aplicações financeiras e os proventos oriundos de tais aplicações financeiras, independente de onde se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Direitos das Contas" e, em conjunto com os Direitos Creditórios, "Créditos Cedidos Fiduciariamente"), sendo que os Créditos Cedidos Fiduciariamente deverão representar a todo e qualquer tempo enquanto o Valor Garantido não tiver sido integralmente pago, o montante equivalente a 110% (cento e dez por cento) do valor referente à parcela mensal vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração e dos demais encargos devidos e não pagos pela Emissora, conforme aplicável ("Montante Mínimo"), os quais serão cedidos fiduciariamente em caráter irrevogável e irretratável, aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos e condições constantes do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme abaixo definido ("Cessão Fiduciária" ou "Garantia").

4.19.2. Caberá ao Agente Fiduciário realizar a verificação mensal do atendimento ao Montante Mínimo, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

4.19.3. Sempre que for verificado, pelo Agente Fiduciário, o não atendimento do Montante Mínimo, a Emissora obriga-se a reforçar a Cessão Fiduciária ou substituí-la por outra garantia, em ambos os casos desde que previamente aceito pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 18 (dezoito) Dias Úteis a contar da data em que for notificada pelo Agente Fiduciário nesse sentido.

26

4.19.4. A Cessão Fiduciária será formalizada por meio de um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos das Cidades de Goiânia, Estado de Goiás e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, respectivamente.

4.20. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCEG.

4.21. Do Registro do Contrato de Cessão Fiduciária

4.21.1. A Emissora deverá apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias consecutivos a contar da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, o comprovante de registro do Contrato de Cessão Fiduciária ou de qualquer aditamento, às suas expensas, junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (I) cumprir integralmente com todas as suas obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária e na presente Escritura de Emissão, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos no Item 3.6. desta Escritura de Emissão;
- (II) manter contratados durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, a CETIP, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante da Emissão e o Escriturador Mandatário;
- (III) apresentar em até 1 (um) Dia Útil ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM nº476;

27

(iv) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:


- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM; (ii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do índice financeiro, devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii) de declaração assinada por representantes legais com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da emissão;
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre encerrado em 30 de junho de cada ano: (i) cópia de seus balancetes semestrais (não auditados) relativos ao respectivo semestre; e (ii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do índice financeiro, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (c) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28");
- (d) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Escritura de Emissão imediatamente após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou Debenturistas de, a seu exclusivo critério, exercer suas faculdades, pretensões e poderes, previstos na Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado; e

X

Ref.

28

- (e) enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (v) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (vi) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;



29

- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (vii) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (vi); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo estipulado pela CETIP ou, na sua falta, em até 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura de Emissão para todos os fins de direito;
- (viii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (ix) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis, comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis, a critério do Agente Fiduciário, comprovados e incorridos em padrão de mercado em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão;
- (xii) manter seus ativos imobiliários segurados, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos de acordo com os padrões do setor de concessionárias de serviços públicos de saneamento básico;

X

20

30

- (xiii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora por determinação legal;
- (xiv) cumprir, em todos os aspectos relevantes, com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável à Emissora;
- (xv) manter válidas e em vigor as licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, ambientais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;
- (xvi) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, salvo aquelas que sejam discutidas pela Emissora de boa fé nas esferas administrativa ou judicial, responsabilizando-se, ainda, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (xvii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos na Escritura de Emissão;
- (xviii) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (xix) atender o prazo previsto para os registros do Contrato de Cessão Fiduciária nos termos do item 4.21.; e
- (xx) entregar ao Coordenador Líder, na data de celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, declaração assinada por 2 (dois) diretores da Emissora, atestando que a constituição da garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária não comprometerá a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços de tratamento, adução e distribuição de água potável, bem como de coleta, transporte e tratamento de esgotos pela Emissora.

CLÁUSULA SEXTA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO



6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos em seu respectivo instrumento constitutivo necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, bem como a regularidade da prestação da Garantia;

- (j) verificará a suficiência da Garantia prestada nesta Escritura de Emissão e a manutenção do Montante Mínimo, mediante apresentação, pela Emissora, da planilha contendo os valores recebidos em razão dos Direitos de Crédito Recebíveis, conforme previsto no item 4.19.1.2.1; e
- (k) para fins do disposto na Instrução CVM n.º 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não presta serviços de agente fiduciário a sociedades controladas ou coligadas da Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures, até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de remuneração, parcela única de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), a ser paga no 5º (quinto) Dia Útil após data de assinatura da Escritura de Emissão ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. A Remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.2. O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.4.3. A Remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação da Emissora, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, despesas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, alimentação, transporte e estadias, despesas com

especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.4.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos desta Cláusula Sexta, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou intentadas contra o mesmo, na qualidade de representante dos Debenturistas. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

X

20

34

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEG, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), dos distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de Imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora. Tais relatórios deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (l) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

X

2f

35

- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgates, amortizações e repactuações realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por coligadas, controladas, controladoras ou integrantes do mesmo grupo societário da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
 - (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (I) na sede da Emissora;
 - (II) na sede do Agente Fiduciário;

X

20

36

- (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
 - (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Liquidante da Emissão, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
 - (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
 - (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
 - (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
 - (r) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou se seu website.

37

6.5.1. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM n.º 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.5.2. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

6.5.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

6.6. Sem prejuízo do disposto no Item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;

38

- (c) executar a Garantia, bem como quaisquer outras garantias constituídas em favor dos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) nas alíneas "(a)", "(b)" "(c)" e "(d)" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, observado que, para a alínea (a) acima, os Debenturistas poderão optar, por deliberação dos Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nos termos do Item 4.11.4 desta Escritura de Emissão; e (ii) na deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "(e)" acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.



6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEG.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS



7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM, observada a forma de convocação prevista na Lei das Sociedades por Ações.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas em primeira convocação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as hipóteses previstas com quórum superior nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Pagamento da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no *quorum* de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) no item 4.11. (Vencimento Antecipado) acima, inclusive no caso de

41

renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. Independentemente das formalidades previstas na lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral a que comparecerem os Debenturistas titulares de todas as Debêntures em circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que, nesta data:

- (a) a Emissora é sociedade por ações com registro de companhia aberta, devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, a emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as

obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, com exceção da Cessão Fiduciária; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos, exceto pelas leis, decretos ou regulamentos que estão sendo questionadas pela Emissora nas esferas administrativa, judicial e/ou arbitral desde que o descumprimento não afete a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades, exceto pelas ordens, decisões ou sentenças administrativas, judiciais e/ou arbitrais que estão sendo questionadas pela Emissora nas esferas administrativa, judicial e/ou arbitral e desde que o descumprimento não afete a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (e) a Emissora possui documentação que supre, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) exceto pelo disposto nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 disponibilizados pela Emissora, conforme aplicável, à CVM e ao mercado e pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas pela Emissora nas esferas administrativa, judicial e/ou arbitral e desde que o descumprimento não afete a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ou possui documentação que supra tal

X

20

cumprimento, e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- (g) as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 da Emissora representam corretamente a sua posição financeira naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) exceto por aqueles mencionados em suas demonstrações financeiras, incluindo em notas explicativas (provisionados e não provisionados) a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou que afete a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) as declarações contidas neste Item 8.1. e no Contrato de Cessão Fiduciária são verdadeiras e corretas;
- (j) os direitos creditórios objeto da Cessão Fiduciária, são de exclusiva titularidade da Emissora e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (k) não omitiu fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir Debêntures;
- (l) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (m) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora, exequível de acordo com os seus

44

termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;

- (n) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, divulgado pelo IBGE, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão e da Oferta Restrita ou para constituição da Garantia, exceto (i) pelo registro da Escritura de Emissão na JUCEG; (ii) pelo registro das Debêntures na CETIP; (iii) pelo registro da Garantia de Cessão Fiduciária nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e (iv) pela autorização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e demais bancos credores da Emissora, conforme necessário para realização da Oferta Restrita; e
- (p) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie da Emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Saneago – Saneamento de Goiás S/A
Avenida Fued José Sebba, nº 1.245
CEP 07252-000, Goiânia – GO
At.: Robson Borges Salazar

X

20

4

Superintendente de Finanças
DIFIN - Diretoria Financeira
Tel.: (62) 3243-3118
E-mail: salazar@saneago.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de títulos e Valores Mobiliários
Endereço: Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 - Barra da Tijuca
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira
(Backoffice Financeiro)
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante da Emissão:

Banco Bradesco S.A.
Endereço: Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
CEP 06029-900, Osasco - São Paulo
At.: Pêrsia Alves Gonçalves de Barros
Tel.: (011) 3684 9444
Fax: (11) 3684 2714
E-mail: 4010.persia@bradesco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Endereço: Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara
CEP 06029-900, Osasco - São Paulo
At.: Pêrsia Alves Gonçalves de Barros
Tel.: (011) 3684 9444
Fax: (11) 3684 2714
E-mail: 4010.persia@bradesco.com.br

X

21

X

Para a CETIP:

CETIP S.A. - Mercados Organizados
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar
CEP 01452-001, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado verbalmente pelo receptor. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

47

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ("Dia Útil").

10.6. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei nº 5.869/73 ("Código de Processo Civil"), e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA ONZE - DO FORO

11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.2. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios originários desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 20 de setembro de 2013.



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, em 12 (doze) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A

SANEAGO - SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

Nome: [Assinatura]
Cargo: **José Gomes da Rocha**
Diretor Presidente

Nome: [Assinatura]
Cargo: **Adm. Mauro Henrique N. Barbosa**
Presidente da Administração

3o TABELIONATO DE NOTAS
Rua T-33, N. 35 St. Marista
- CEP 74.150-310

(Reconheço por VERDADEIRO a(s) firma(s) de
[assinatura]-MAURO HENRIQUE NOGUEIRA,
BARBOSA,
[assinatura]-JOSE GOMES DA ROCHA,
que assina por SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.,
- SANEAGO
pessoa(s) devidamente identificada(s) e
por haver sido anexada(s) a minha
presença, de que dou fe.
Em Testemunho da verdade
Goiânia, 25 de Setembro de 2013

MARIO ANTONES FERREIRA DA S. BASTOS
ESCREVENTE
Selo Eletrônico nº
102031309240818023000443 e
102031309240818023000445
Consulte em
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>
LADWW

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Real, em 12 (doze) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A

PENTAGONO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Marco Aurélio Machado Ferreira
Cargo: Diretor

Testemunhas:

Nome: Robson S. SALAZAR
RG: 1443-9 CORECON GO
CPF/MF: 449.190.771-49

Nome: Leonel Alves Pereira
RG: 395736-0 SSP-60
CPF/MF: 895.923-941-20

TABELLIÃO OLIVEIRA (LIMA)
15ª Cartório de Notas
Rua João Roberto de Oliveira Lima
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1858, CEP: 04545-003
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15cartorio.com.br

Reconheço, por Semelhança, a firma de: (1) MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA, em doravante com VALOR econômico, dou fé.
São Paulo, 28 de setembro de 2013.

PAULO ROBERTO DA CUNHA VIANA - ESCRIVENTE AUT. (Ord 1: Total R\$ 4,50)
1ª OFICINA 323159

AB510668

PAULO ROBERTO DA CUNHA VIANA
ESCRIVENTE AUTORIZADO



Handwritten signature

JUCEG Junta Comercial do Estado de Goiás

CERTIFICO O REGISTRO EM:
SOB O NÚMERO: 27/09/2013
Protocolo: 52131792032
13/179203-2
Empresa: 52 3 0000210 9
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO
P. 075202

SECRETARIA GERAL - PAULA VIANA

ANEXO I DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM 12 (DOZE) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANEAGO - SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

1ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/09/2014	20%
2	15/09/2015	20%
3	15/09/2016	20%
4	15/09/2017	20%
5	15/09/2018	20%

2ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/10/2014	25%
2	15/10/2015	25%
3	15/10/2016	25%
4	15/10/2017	25%

3ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/11/2014	25%
2	15/11/2015	25%
3	15/11/2016	25%
4	15/11/2017	25%

4ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/12/2014	25%
2	15/12/2015	25%
3	15/12/2016	25%
4	15/12/2017	25%

5ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/01/2015	25%
2	15/01/2016	25%
3	15/01/2017	25%
4	15/01/2018	25%

6ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/02/2015	25%
2	15/02/2016	25%
3	15/02/2017	25%
4	15/02/2018	25%

7ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/03/2015	25%
2	15/03/2016	25%
3	15/03/2017	25%
4	15/03/2018	25%

X

20

8ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/04/2015	25%
2	15/04/2016	25%
3	15/04/2017	25%
4	15/04/2018	25%

9ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/05/2015	25%
2	15/05/2016	25%
3	15/05/2017	25%
4	15/05/2018	25%

10ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/06/2015	25%
2	15/06/2016	25%
3	15/06/2017	25%
4	15/06/2018	25%

11ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/07/2015	25%
2	15/07/2016	25%
3	15/07/2017	25%
4	15/07/2018	25%




12ª Série		
Parcela	Data de Pagamento de Amortização	Percentual de Amortização
1	15/08/2015	25%
2	15/08/2016	25%
3	15/08/2017	25%
4	15/08/2018	25%



